

**PONTUAÇÃO:
ORIENTAÇÃO DE USO PELA ÓTICA DOS GRAMÁTICOS
AO LONGO DO TEMPO**

Tania Maria Nunes de Lima Camara (UERJ e UNISUAM)
taniamnlc@gmail.com

1. Introdução

A necessidade de eternizar a expressão fez o homem, desde os primórdios, recorrer a arranjos de objetos simbólicos ou a sinais materiais, no intuito de não deixar perder dados de uma história. Daí, o valor da escrita, que, além de guardar a palavra, materializa o pensamento, revelando valores, visões de mundo, sentimentos, que, até um momento anterior, se mantinham em estado de possibilidade; em condição de imanência, ou de manifestação apenas oral.

A história da humanidade deixa explícita a importância da escrita na civilização ocidental. Seu desenvolvimento pode servir de divisor dessa história: o que havia antes e o que passou a haver partir dela, identificando-se com os avanços do espírito humano. O texto escrito dispõe de um instrumento gráfico próprio: a pontuação.

A sistematização dos fatos gramaticais, em geral, é preocupação constante dos estudiosos da língua portuguesa, dos mais antigos aos mais modernos. A pontuação é um dos assuntos que vem despertando um olhar mais atento por parte dos linguistas, em função das bases de uso que oferece. A atualidade de tal estudo revela-se não só pelas produções acadêmicas como também pelos diferentes manuais de emprego dos sinais gráficos existentes no mercado.

Expomos a visão dos gramáticos em cujas obras se encontram capítulos específicos sobre pontuação. A disposição diacrônica, ao lado de atender a exigências técnicas, demonstra claramente as diferentes bases sobre as quais o emprego dos sinais gráficos se tem apoiado ao longo do tempo, quais sejam: sintática, semântica, rítmicas. As semelhanças e as diferenças presentes nas orientações dos gramáticos, diacronicamente, refletem essa variedade.

A apresentação dos autores obedece à ordem crescente da publicação da primeira edição de cada obra.

2. De Fernão de Oliveira a Mário Pereira de Souza Lima

2.1. Fernão de Oliveira

Nosso primeiro gramático, em sua obra *Grammatica da Linguagem Portuguesa*, apresenta observações interessantes a respeito do aspecto da oralidade da língua, antecipando, em muitos pontos, padrões consagrados pela linguística atual.

Sua primeira anotação sobre a língua portuguesa deixa implícita a ideia de que outros estudos deveriam seguir-se, como se observa na passagem abaixo, extraída do prólogo:

...e nestas cousas se acabara esta primeira anotação em dizer não tudo, mas apontar algumas partes necessárias da ortografia: acento: ethimologia: e analogia da nossa linguagem em comum e particularizando do nada de cada dicção porque isto ficava para outro tempo e obra. (1933, p. 14-5)

O fragmento permite afirmar que o fato de o autor não fazer, na obra citada, observações sobre pontuação significa que tal estudo seria desenvolvido em outra oportunidade, estudo este não realizado. Torreira (1993) levantou características de pontuação no próprio discurso de Fernão de Oliveira e encontrou, por exemplo, a frequente indicação de parágrafo com o uso do caldeirão, no início e nas subdivisões de capítulos, emprego também presente na "Cartinha", que é anterior a Oliveira.

2.2. João de Barros

Na última seção de sua obra "Da Orthografia", mais especificamente sob o título "Dos Pontos e Distinções da Oraçám", João de Barros examina as pausas da escrita. Não se limita, porém, o autor a uma abordagem estritamente descritiva da pontuação. Ao lado disso, toma-a como efeito, sobretudo, da sintaxe. Destaca que uma das principais funções dos sinais gráficos está em evitar construções ambíguas, o que, em alguns casos, é fácil de ocorrer quando eles não são empregados.

Desse modo, a anfibologia de que trata o autor tem base na construção sintática. Ainda assim, João de Barros não desconsidera a força do ritmo no uso da pontuação.

Sua pontuação conserva os termos clássicos "côma" e "côlo". Além desses, o autor considera o ponto interrogativo e os parênteses, estes últimos mais voltados para uma figura de construção do que para a pontuação ortográfica.

2.3. Pero de Magalhães de Gândavo

Em sua obra *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da lingua portuguesa*, edição fac-similada de 1981, o autor aborda o emprego da vírgula, dos dois-pontos e ponto. Para Gândavo, a vírgula mais se distingue de dois-pontos pela pausa do que pela sintaxe em si. No final da passagem, o autor explicita uma ideia de gradação de força rítmica, em vez da noção sintática, para a diferença entre os sinais.

Outros sinais são também apontados por Gândavo, tais como o ponto de interrogação e o hífen duplo, que indica partição dos vocábulos no "final da regra", ou seja, da linha. Além desses, alude ao uso dos parênteses:

2.4. Duarte Nunez do Lião

A obra *Orthographia da Língua Portuguesa* data de 1576. É a primeira ortografia de grande fôlego escrita em língua portuguesa. Marca a obra um momento de ruptura pelo fato de buscar uma escrita etimológica, em oposição à fonética, defendida por Fernão de Oliveira e João de Barros.

Apresenta como razão das pausas, além do aspecto semântico, a causa rítmica.

2.5. Álvaro Ferreira de Vera

Foi publicada, em 1631, a obra *Ortographia ou modo para escrever certo na lingua portuguesa*. No que diz respeito à pontuação, atribui a ela papel semântico em sua ocorrência no período. Em outra passagem do texto, seu texto apresenta a defesa da pontuação como parte integrante dos estudos ortográficos da língua, pois "quanta mais propriedade tiuer nos pontos e accents, tâta mais ventajem terá." (fl.2), segundo Torreira (1993, p. 59)

Em sua obra, os sinais de pontuação vêm classificados como "arte" e dividem-se em "pontos e notas", aperfeiçoando a listagem verificada em Lião.

O painel até aqui levantado aponta aspectos relevantes com relação a diferentes pontos de vista a partir dos quais se faz uso da pontua-

ção. Ao lado da base sintática, defendida por João de Barros, encontra-se ainda motivação semântica e rítmica, defendidas pelos demais autores apresentados, excetuando-se Fernão de Oliveira, que não chegou a posicionar-se em virtude de não haver escrito especificamente sobre o assunto em questão.

2.6. Jerônimo Soares Barbosa

Em *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*, Barbosa define a pontuação do seguinte modo:

... a arte de distinguir na escriptura, com certas notas, as diferentes partes e membros da oração, a subordinação de uns e outros, a fim de mostrar a quem lê as pausas menores e maiores que deve fazer, e o tom de inflexão da voz com que as deve providenciar. (1881, p. 59)

A definição acima ajusta dois aspectos relacionados à produção do sentido: o sintático e o rítmico, uma vez que o autor relaciona aos instrumentos da escrita marcas presentes na linguagem oral. No decorrer de seu estudo, faz observações sobre a importância dos espaços em branco entre as palavras e, além disso,

... diz que um ponto simples é obrigatório após toda oração de sentido perfeito e independente gramaticalmente de outra, se interrogativo ou exclamativo, pode vir facultativamente no início, mas obrigatoriamente no final da oração. (CAFEZEIRO: 1993, p. 91).

Estabelece também uma espécie de hierarquia no uso dos sinais gráficos, como se observa na seguinte passagem:

Nunca use ponto e vírgula, sem que antes haja vírgula; nem também use dois pontos, sem que antes preceda ponto e vírgula: porque a pontuação mais forte supõe d'antes a mais fraca. (...) orações que se podem distinguir com vírgulas somente, não se deve pontuar com ponto e vírgula; as que se pode distinguir só com ponto e vírgula não se devem pontuar com dois pontos: porque a pontuação nunca deve ser supérflua. (IDEM)

As orientações de Barbosa remetem à ideia de distribuição ascendente e harmoniosa entre conteúdos, pausas e pontuação, numa escala em que nada é excedente. Nesse aspecto, trata-se de uma organização matemática proporcional na construção do texto.

Nossa conclusão encontra apoio em outra passagem selecionada por CAFEZEIRO (1993):

É tanto errada a regra da pontuação que alguns dão, mandando por sempre vírgula antes do que, quanto pelo contrário, nunca se deve por senão

quando a oração principal e a incidente são tão extensas, que vêm a exceder a medida de uma pausa ordinária que é a de verso de 13 a 17 sílabas. (*Ibidem*)

Mais de uma vez a gramática aparece como condutora de um procedimento. À semelhança do que algumas vezes se ouve falar a respeito do rigor formal da poesia parnasiana, por exemplo, têm-se aqui estabelecidas por Barbosa orientações que obrigam que o texto obedeça a regras e a compassos no momento de sua produção.

2.7. Ernesto Carneiro Ribeiro

Em sua obra *Serões Gramaticaes ou Nova Grammatica Portuguesa* (1955), apresenta o estudo da pontuação como o décimo segundo tópico abordado na "Parte Quarta" da referida obra: "Da Phraseologia ou Syntaxe", com o título "Da pontuação": "PONTUAÇÃO é a arte de indicar por meio de certos sinais convencionais a proporção das pausas que faz quem falla ou lê". (p.705)

Considerada pelo autor como "de máxima utilidade", justifica-o da seguinte maneira:

... distinguindo os varios sentidos parciaes ou totaes, a ligação e subordinação de uns aos outros, sua dependencia e relações, aclara e esclarece o discurso, adaptando a palavra aos altos destinos a que ella obedece na vida da humanidade.

Esses signaes, como diz a *Encyclopedia*, são de alguma sorte *as notas musicais do discurso*.

Ribeiro estabelece, pois, que, ao lado de uma marcação rítmica, aludida pela presença de pausas e, metaforicamente, adiante apresentados os sinais de pontuação como "as notas musicais do discurso", a organização sintática garante a inteligibilidade do enunciado.

Fiel à necessidade de observar e de considerar a "história da língua – sua evolução progressiva", posição presente no prólogo da primeira edição, Ribeiro aponta que "a arte de pontuar", como ele considera o uso dos sinais de pontuação, era totalmente desconhecida nos primeiros escritos.

Traduzindo a Bíblia, afirma S. Jeronymo não haver encontrado no original hebreu signal algum de distincção, sendo mister, para facilitar a intelligencia do texto, recorresse ao emprego de notações distinctivas para separar os membros das frases e os versetos... Já trezentos e tantos annos antes de Christo, comentando Aristoteles os escriptos de Heraclito de Epheso, havia notado a difficuldade de pontuar sem exprimir pensamentos diversos dos que tinha

em mente o autor, visto que no texto original não se lhe oferecia notação alguma distintiva para lhe elucidar o sentido e lhe segurar a interpretação. (p. 704)

Duas questões surgem de imediato nas considerações de Ribeiro: a primeira diz respeito ao papel da pontuação como elemento organizador do texto por parte daquele que lê; a segunda, decorrente da primeira, relaciona-se à produção do sentido, destacando o cuidado de o leitor ater-se à interpretação do autor.

"Verdade é", diz Girard, "que relativamente á pureza da linguagem, a beleza da expressão, á delicadeza e solidez dos pensamentos, é de pouca valia a pontuação... Mas alluvia e conduz o leitor, indica-lhe os lugares onde é mister repousar para colher folego, e que tempo deve respirar. (p. 705)

Trazendo o autor a visão de Girard, percebe-se que este deixa evidente que o texto, do ponto estético, prescinde da pontuação. Esta, no entanto, mostra-se como um instrumento importante do mecanismo da leitura, não só em termos mecânicos, como também, acreditamos, orientadores daquele que lê, daquilo que está sendo lido. Portanto, o ato de pontuar estaria mais diretamente voltado para o enunciatório do que para o enunciativo, no sentido de fazer com que aquele resgatasse, da forma mais plena possível, o sentido pretendido por este, conforme se depreende da seguinte passagem:

... Contribue para a honra da intelligencia, dirigindo a leitura, de feição que o ignorante pareça, como o homem de intelligencia, comprehender o que lê; regula a attenção dos que escutam e lhes fixa os limites do sentido; remedeia emfim as obscuridades do estylo..." (p. 706)

Ribeiro aponta que a pontuação tem como finalidade a clareza da linguagem, que, por sua vez, leva clareza ao pensamento e precisão e distinção às ideias, tudo isso resultado da organização sintática do texto, pois, segundo o autor, pontuação e sintaxe caminham juntas.

É frequente o destaque que o autor dá à construção do sentido, chamando a atenção para o papel da pontuação como fator de textualidade, a partir das intenções significativas daquele que escreve – "o criador".

2.8. João Ribeiro

Em *Grammatica Portugueza* (1933), destinada ao curso superior, João Ribeiro apresenta, no "Apêndice", o subtítulo "Pontuação", isolado do corpo sequencial da obra, junto com as "Notas finais".

Demonstra sua preferência pela denominação "notações sintáticas" a "pontuação".

Além de considerar a pontuação como indicadora de estruturas sintáticas definidas, atribui igual importância às pausas rítmicas (aspecto fonético) e ao sentido (aspecto semântico), conforme demonstra a seguinte passagem: "... sinais ou símbolos que auxiliam a compreensão do discurso escrito (...) são determinados pelo sentido e pela necessidade de respirar..."

Ribeiro divide as referidas notações em três classes: aquela que determina as divisões das partes do discurso (vírgula, ponto, ponto-e-vírgula e parágrafo – alínea); a que exprime comoção ou movimento d'alma (reticências, ponto-de-interrogação e ponto-de-exclamação) e a que se usa para clareza dos manuscritos (travessão, aspas, parênteses).

Sobre o uso de diferentes sinais, diz que "estão um pouco ao arbítrio do escritor", não se submetendo, pois, a regras rigorosas.

2.9. Eduardo Carlos Pereira

Em sua *Gramática Expositiva – Curso Superior*, 15ª ed., Pereira apresenta o "capítulo IV – Da Pontuação" na seção relativa aos estudos sintáticos. Divide os sinais gráficos usados na escrita em três categorias: abreviaturas, notações ortográficas ou léxicas e notações sintáticas ou lógicas. A pontuação faz parte do terceiro grupo.

Segundo o autor, pontuação "é o conjunto dos sinais gráficos ou notações que têm por fim discriminar os diversos elementos sintáticos da frase, mirando a clareza, as pausas e modulações próprias na leitura" (p. 369-370).

Aponta, ainda, a possibilidade de esses sinais serem divididos em três espécies distintas: notações objetivas (vírgula, ponto e vírgula, dois pontos e ponto final); notações subjetivas (ponto de interrogação, ponto de exclamação, pontos de reticência, parêntesis); notações distintivas (aspas ou vírgulas dobradas, travessão, parágrafo, chave).

Uma observação importante faz o referido autor acerca do emprego dos diferentes sinais gráficos:

A teoria da pontuação é vária, e no seu uso não há uniformidade entre os nossos escritores. Uns têm pontuação mais forte e abundante, outros mais frouxa e apoucada. Salvo alguns poucos casos, não há regras absolutas. Do

uso vário dos bons escritores, tiramos as que nos parecem mais aceitáveis. Com a invenção da imprensa é que as notações sintáticas se foram definindo e multiplicando até chegar ao estado atual. Nos velhos documentos vernáculos anteriores ao século XVI, toda a pontuação consistia no uso irregular da *coma* (dois pontos), do *cólon* (ponto), das *vergas* ou *virgulas*. Dos clássicos pouco seguras, em geral, seriam as regras da pontuação que pudéssemos induzir. A pontuação tem por fundamento, segundo Beauzê, os seguintes princípios: 1º) a necessidade de respirar; 2º) a distinção dos sentidos parciais, que constituem um discurso; 3º) a diferença dos graus de subordinação, que convém a cada um desses sentidos parciais no conjunto do discurso. (p. 370).

Ainda que Pereira localize a pontuação no grupo das notações lógicas, evidencia uma espécie de "falta de lógica", no sentido restrito da expressão, no uso particular que os escritores fazem dos sinais de pontuação, o que pode chegar a dividi-los em dois grupos, os autores que pontuam muito e aqueles que pontuam pouco. Segundo o autor, poucos são os casos em que se podem estabelecer regras absolutas, donde a variedade do emprego.

Quanto às irregularidades existentes nos textos antigos, é importante destacar que, no tocante à pontuação, as diferenças que se mostram ao longo do tempo decorrem de princípios distintos que norteiam o emprego, não sendo, pois, o sintático, o único existente ou possível de ser considerado.

2.10. Mário Pereira de Souza Lima

No início do século XX, Mário Pereira de Souza Lima, no capítulo "Da pontuação" de sua *Grammatica Expositiva da Lingua Portuguesa* (1937), apresenta-nos as seguintes considerações:

583. Servem os signaes de pontuação para indicar as pausas do discurso determinadas pela necessidade de respirar e pela distinção e relacionamento dos sentidos da phrase. E porque não resultam das palavras consideradas em si mesmas, mas de sua coordenação e dependência recíproca, chamam-se também notações syntacticas. (...)

585. Não há entre os escriptores uniformidade no modo de pontuar. Procurando, porém, antes uma systematização de princípios que uma revisão de factos da lingua, dão-se a seguir algumas regras cujo fim é facilitar a leitura e tornar mais claras a dependência ou distincção das ideias. (p. 503)

Embora aborde a questão do sentido, Souza Lima contempla a sintaxe como base da pontuação.

Observa-se também que o autor menciona o fato de não haver uniformidade no comportamento dos escritores em geral quanto ao uso da

pontuação, dado que será trabalhado ao longo deste estudo, além de confirmar a posição anteriormente apresentada em João Ribeiro.

A diferença existente entre os autores – Ribeiro e Souza Lima – reside na disposição do tópico em suas obras. Enquanto o primeiro considera a pontuação como apêndice à sua gramática, Souza Lima insere-a como último capítulo, intitulado "Da pontuação", do "Livro Quinto", ("Da construção do período"), o que estabelece a sintaxe como a região mais adequada à pontuação.

3. *De Antenor Nascentes a Celso Cunha*

3.1. Antenor Nascentes

Em *O Idioma Nacional*, (1960), o autor relaciona o emprego dos sinais de pontuação ao ritmo, à entoação e à expressão. Seja a seguinte passagem: “Bem pronunciadas e bem acentuadas as palavras, a fala ficará em muitos casos incompreensível se não obedecer a certa cadência de acordo com o sentido da frase e com o fôlego da pessoa. (...)” (p. 36).

A indicação do ritmo e da entoação do período é dada na escrita, pelos sinais de pontuação.

É preciso atribuir a cada sinal de pontuação o seu verdadeiro valor.

A vírgula indica uma pausa pequena.

O ponto e vírgula indica pausa maior do que a vírgula.

O ponto, indicando o fim da frase, exige um repouso completo.

Os dois pontos indicam uma pausa em seguida à qual se espera uma citação.

O ponto de exclamação exige uma elevação da voz que denote espanto, raiva ou outro sentimento.

O ponto de interrogação indica que se deve imprimir à frase a entoação propícia que pergunta. (1960, p. 38)

Conclui-se, pois, que, para Nascentes, atribuir "valor" aos diferentes sinais de pontuação implica empregá-los adequadamente, levando em conta propriedades semânticas relacionadas a cada um deles.

Segundo o autor, "a expressão é a manifestação interior das emoções internas" (1960, p. 39). Desse modo, na fala, traduz-se na voz e também nas expressões fisionômicas e nos gestos; na escrita, no uso adequado da pontuação, entendendo-se aqui "adequado" como apropriado à manifestação pretendida, segundo nosso ponto de vista.

3.2. Napoleão Mendes de Almeida

A obra *Gramática Metódica da Língua Portuguesa* acha-se dividida em sessenta e sete capítulos, que, na sinopse feita por Almeida, compreendem três grandes áreas: Fonética, Morfologia e Sintaxe, além de seções mais curtas, destinadas a Etimologia e Apêndice Literário. O estudo da Pontuação é feito no capítulo sessenta e cinco e constitui parte do estudo da Sintaxe.

O autor abre o referido capítulo com o conceito de Júlio Ribeiro sobre pontuação: "arte de dividir, por meio de sinais gráficos, as partes do discurso que não tem entre si ligação íntima, e de mostrar do modo mais claro as relações que existem entre essas partes" (1999, p. 570), a partir do que, logo em seguida, faz duas observações. A primeira chamando a atenção do aluno para o que vem a ser "ligação íntima" entre "partes do discurso", qual seja a do sujeito com o verbo e a do verbo com o seu complemento, o que impede o emprego de vírgula, separando-as. A segunda alude ao "processo de pontuação do português atual", o qual "diverge do seguido pelos clássicos, dos quais pouco seguras seriam as regras de pontuação que pudésemos induzir" (p. 570).

Entendemos merecer essa segunda observação um comentário. Conforme já abordado em momentos anteriores desta pesquisa, a falta de "segurança" sobre as regras de base, à qual alude Almeida, decorre do fato de estar o princípio norteador do uso da pontuação, seguido pelos clássicos, apoiado em padrões diferentes do sintático, o qual, por sua vez, sustenta o atual. Portanto, a dificuldade não está na pontuação em si, mas na necessidade de conhecer os pilares da construção dos textos antigos, antes de a sintaxe ser estabelecida como critério de procedimento. Mais adiante, voltaremos a esse ponto, de maneira mais sistemática e particularizada.

Prosseguindo, o autor apresenta os sinais de pontuação, que, segundo ele, se dividem em três classes: objetivos, subjetivos e distintivos. São notações objetivas a vírgula, o ponto-e-vírgula, os dois-pontos e o ponto final; subjetivas, o ponto de interrogação, o ponto de exclamação, as reticências e os parênteses; as distintivas, as aspas, o travessão, o parágrafo, a chave, os colchetes e o asterisco.

Embora o autor não explicita cada uma das três classes referidas, indutivamente, a partir da maneira como instrui o emprego dos sinais de cada uma delas, é possível estabelecer os critérios da divisão e suas res-

pectivas denominações.

A classe objetiva inclui os sinais cujo emprego se deve essencialmente a razões de ordem sintática; a "objetividade" decorre da obediência aos princípios de estruturação e de regência da sintaxe.

A subjetiva envolve aspectos semântico-pragmáticos ou de enunciação; não essencialmente sintáticos, portanto, que estão relacionados aos sinais que dela fazem parte.

A distintiva encerra seu procedimento primeiro: distinguir, o que pode ocorrer para apresentar enunciados de diferentes enunciadores, introduzir expressões populares, marcar ênfases e ironia, expor ideias, por exemplo.

No todo, a orientação dada por Almeida quanto ao uso dos sinais gráficos segue aquelas encontradas nos autores que têm a sintaxe como base única para o estabelecimento de regras para o referido emprego, o mesmo ocorrendo para os casos em que a entonação (classe subjetiva) é privilegiada.

Nos dois últimos capítulos da obra, o autor volta-se para alguns aspectos teóricos ligados à literatura, apresentando *Apêndice Literário* (cap. LXVI) e *Versificação* (cap. LXVII). Interessa-nos especialmente o primeiro deles, no qual se encontram conceitos que vale considerar.

Sobre estilo, expõe o autor:

O estudo da gramática não passa de munição para um combate; quanto maior for o conhecimento da gramática, tanto mais munidos nos encontraremos para a luta. Não basta estar apercebido de abundantes e valiosos petrechos, conhecer cabalmente o funcionamento das armas: é preciso servir-se delas. Se a gramática estuda as palavras e a sua combinação para a expressão correta do pensamento, a *estilística* mira a beleza. Se a gramática tende a fixar-se em moldes uniformes de expressão, a estilística, isto é, o *estudo do estilo* não tolhe a liberdade no gênio nas combinações estéticas da palavra. Se aquela é geral, esta é individual. *Estilo* é, pois, a maneira peculiar, individual, de expressar cada escritor os seus pensamentos. (p. 584)

Ainda que caracterizado de forma metafóricamente belicosa e superficial, o autor abre espaço para as rupturas e subversões dos fatos gramaticais – considerados todos os tópicos trabalhados na presente obra, sempre que a estética for o objetivo principal. A pontuação artística acha-se, pois, devidamente contemplada. Nenhuma construção artística aparece como exemplo; certamente, para o autor, cuidar da estilística seria indevido em uma obra que tem a gramática como foco, ao lado da

grande preocupação constantemente demonstrada ao longo da obra, com relação aos cuidados com o conhecimento do idioma; na verdade, para ele, um dever cívico: "A língua é a mais viva expressão da nacionalidade. Saber escrever a própria língua faz parte dos deveres cívicos" (p. 2). Assim, considera que escrever bem, redigir "é, em primeiro lugar, conhecer o idioma em que se escreve; em segundo, sentir, conhecer, dominar o assunto sobre que se escreve. Esses são os dois pilares em que se assenta qualquer obra literária, seja qual for o gênero..." (p. 585).

Visto que só subverte com arte aquele que bem conhece a língua na qual escreve, mais uma vez se percebe a possibilidade de acolhimento a construções literárias desviantes do ponto de vista da gramática, incluindo-se nos casos possíveis os sinais de pontuação.

3.3. Carlos Henrique da Rocha Lima

Em sua *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, Rocha Lima, até certo ponto, dá seguimento às ideias de Ernesto Carneiro Ribeiro, apesar de situar a pontuação como último capítulo da área da "Sintaxe". É dele o seguinte comentário:

As pausas rítmicas – assinaladas na pronúncia por entoações características e na escrita por sinais especiais –, são de três espécies:

1 – Pausa que não quebra a continuidade do discurso, indicativa de que a frase ainda não foi concluída. Marcam-na a vírgula, o travessão, os parênteses, o ponto e vírgula, os dois pontos.

2 – Pausa que indica o término do discurso ou de parte dele. Assinalam-na o ponto simples, o ponto parágrafo, o ponto final.

3 – Pausa que serve para frisar uma intenção ou estado emotivo. Mostram-na o ponto de interrogação, o ponto de exclamação, as reticências. (1992, p. 458)

Do fragmento destacado, é possível detectar que o autor expõe uma flutuação no que se refere à base a partir da qual a pontuação é empregada: rítmica, sintática e semântica.

3.4. Evanildo Bechara

Evanildo Bechara situa o capítulo relativo à "Pontuação" entre "Sintaxe" e "Estilística", na obra *Moderna Gramática Portuguesa*.

... entendemos por pontuação uma "sistema de reforço da escrita", constituído

de sinais sintáticos, destinados a organizar as relações e a proporção das partes do discurso e das pausas orais e escritas. Estes sinais também participam de todas as funções da sintaxe, gramaticais, entonacionais e semânticas. (1999, p. 604)

Na passagem acima, ainda que confirme a sintaxe como área linguística da pontuação, Bechara faz referência também a questões rítmico-melódicas e semânticas. Tal ideia é confirmada, a seguir, quando o autor escreve o seguinte:

O enunciado não se constrói como um amontoado de palavras e orações. Ele se organiza segundo princípios gerais e dependência e independência sintática e semântica, recobertos por unidades melódicas e rítmicas que sedimentam esses princípios. Proferidas as palavras e orações sem tais aspectos melódicos e rítmicos, o enunciado estaria prejudicado na sua função comunicativa. Os sinais de pontuação, que já vêm sendo empregados desde muito tempo, procuram garantir no texto escrito esta solidariedade sintática e semântica. (p. 606)

Ainda segundo o autor, os sinais de pontuação são empregados de modo a atender à iniciativa e à decisão do autor no seu desejo de levar ao texto algo mais de expressividade, de contorno melódico, rítmico e entonacional, além das palavras e das construções utilizadas.

3.5. Manuel Said Ali

Said Ali insere o estudo da pontuação na área da "Sintaxe e Estilística", em sua obra *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. Segundo o autor, "Pontuação é o emprego de certos sinais gráficos que se colocam entre orações e partes da oração para indicar pausas de diversas espécies, ou para denotar mudança de tonalidade, ou simplesmente para chamar a atenção." (p. 228)

É dele ainda a seguinte observação:

Entendem alguns gramáticos que o conceito de pontuação deve abranger também o emprego das notações ortográficas, acento, til, traço de união, apóstrofes, de que tratamos em outra parte deste compêndio. São os seguintes os sinais de pontuação: a vírgula (,) o ponto e vírgula (;), os dois pontos (:), o ponto final (.), O ponto de interrogação (?), o ponto de exclamação ou admiração (!), os parêntesis arqueados (), ou sem forma de colchetes (]), as reticências (...), as aspas (" "), o asterisco (*), o travessão (–) e o parágrafo (§).

A partir daí, aponta os empregos dos diferentes sinais acima apresentados, tomando a sintaxe como ponto de partida para o estabelecimento das diferentes regras.

3.6. Gladstone Chaves de Melo

Gladstone Chaves de Melo, na obra *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*, apresenta seu estudo dividido, além da Introdução, em três partes: Fonética, Morfologia (com um respectivo Apêndice) e Sintaxe. Essa terceira parte ele subdivide em Sintaxe Analítica, Emprego das Formas ou Sintaxe das Diversas Classes de Palavras e Sintaxe das Relações. Nesse último subgrupo acha-se o capítulo intitulado "Da Pontuação". O espaço que ocupa, na obra, o estudo desta pesquisa certamente não deixa dúvidas no leitor quanto à abordagem que será realizada.

Chama, porém, a atenção a forma como o autor introduz o capítulo:

Costumam as gramáticas incluir esta matéria, que é direta consequência da sintaxe e a ela pertence. Não obstante este enquadramento gramatical, é a pontuação muito mais um problema de Estilística do que da Gramática. Exatamente como vimos ser para a ordem.

Escusado dizer que a pontuação é assunto exclusivo da língua escrita: seria o óbvio do óbvio. Apesar disso, muita gente diz que em tal ou tal situação se deve fazer pausa, porque há vírgula. Ora dá-se precisamente o contrário: foi ali posta a vírgula porque havia pausa. (1968, p. 380).

O fragmento revela o cuidado inicial do autor em localizar no campo da Estilística os aspectos ligados tanto à pontuação quando à ordem dos termos na oração (Sintaxe de Colocação). No que diz respeito a esse último assunto, afirma Melo:

... Toda língua revela umas quantas tendências de colocação das palavras, *tendências essas que constituem a ordem habitual. O que foge disso é costume chamar-se ordem ocasional.*

(...)

Concretamente, a ordem depende de uma série de fatores, como a história da língua, a tradição, a necessidade de clareza, a eufonia, o desejo de pôr em destaque este ou aquele elemento, a euritmia prosaica ou poética. Por isso mesmo, a ordem é muito mais assunto de Estilística do que de Gramática; (p. 362-3)

Portanto, ainda que Melo não haja especificado os motivos que o levaram a fazer tal afirmativa em relação ao emprego dos sinais gráficos, a atribuição da mesma área de responsabilidade a ambos os assuntos permite estabelecer também para a pontuação os fatores enumerados para a escolha da ordem dos termos sintáticos em uma frase ou em uma oração. Haverá, pois, momentos em que a tradição (que se poderá associar à obediência ao padrão sintático de uso dos sinais) ou a clareza ou o destaque de alguma ideia ou o ritmo mais prosaico ou mais poético determina

rá a escolha feita por quem produziu determinado texto, o que efetivamente amplia para outros campos, além do sintático, as possibilidades de emprego da pontuação.

Além desse ponto, Melo também evidencia a inter-relação fala/escrita. Longe de ser entendida como simulacro da fala, a escrita resgata alguns traços daquela, especialmente no tocante aos aspectos rítmicos.

O autor segue o capítulo:

Os sinais de pontuação – aspas, colchetes, dois-pontos, parênteses, ponto-de-exclamação, ponto-de-interrogação, ponto-e-vírgula, ponto-final, reticências, travessão, vírgula, porque se aplicam às palavras ordenadas na frase e no período, chamam-se também *notações sintáticas*. (p. 380)

Estranhamente Melo, que anteriormente deixara clara a abertura do uso da pontuação, apresenta, no fragmento acima, os sinais de pontuação como "notações sintáticas", dado o papel que eles desempenham nos enunciados. Certamente um esvaziamento daquilo que fora anteriormente colocado, não deixando claro o posicionamento do autor em relação ao critério de emprego.

Em seguida, sobre o propósito do capítulo, lê-se que:

... Não vamos tratar exaustivamente da matéria (...), mas apenas acudir ao que é mais urgente, ou seja, prevenir e remediar.

Prevenir erros frequentes e clamorosos de pontuação, que observamos dia por dia nos trabalhos dos alunos; remediar, com pedir atenção para eles e com fornecer aos discentes e apedeutas alguns critérios seguros que lhes valham de guia na insciência ou nas perplexidades. (p. 380)

O trecho destaca o propósito de guiar a produção escrita do aluno, na medida em que não são apontadas as intenções de "prevenir e remediar" "erros". A leitura, que, sem dúvida, tem na pontuação um de seus suportes para a compreensão, não é mencionada, a menos que se estabeleça seu sucesso como consequência natural da "boa escrita", o que efetivamente não se mostra pertinente, dadas as complexidades próprias de cada uma das referidas habilidades.

A finalidade, no texto, do assunto em questão é apresentada da seguinte maneira: "Servem os sinais de pontuação para marcar as pausas do discurso, algumas entonações, certas mudanças de ritmo ou de altura, e para deixar claros os relacionamentos sintáticos." (p. 380)

O fragmento destacado dá conta de dois objetivos da pontuação: um ligado ao campo rítmico-semântico e outro, ao terreno sintático, o

que resgata a abrangência do emprego dos sinais gráficos, trazida pelo autor no início do capítulo e aqui já demonstrada.

Ao tratar, propriamente, do emprego dos sinais, o autor inicia a apresentação da seguinte maneira: "Isto posto, vamos às coisas mais práticas." (p. 391), referindo-se certamente às questões de aplicação, encerradas no sentido do adjetivo "práticas".

Sobre o ponto final, o ponto de interrogação e de exclamação, declara:

1 – Todos sabem que o *ponto final* encerra o período declarativo ou enunciativo. E todos devem saber que haverá tantos pontos-finais quantos períodos haja, quantos descenços haja extremos do nível musical da frase. Noutras palavras, quantas vezes se mude de sentido, depois de queda do tom.

2 – E todos ressabem que o ponto-de-interrogação e de exclamação marcam, respectivamente, o tom ascensional interrogativo e o tom ascençodescensional da surpresa e da emoção.

A abordagem dos itens 1 e 2 é visivelmente rítmica, relacionando o ritmo à produção de sentido. Aponta, pois, para o padrão rítmico-semântico.

A partir do item 3, porém, quando trata da vírgula, até o 9, que fecha o capítulo, a abordagem é essencialmente sintática sobre o emprego dos sinais apresentados, salvo alguma breve consideração de ordem semântica ou estilística quanto ao uso de algum deles. Por exemplo, ao tratar dos usos da vírgula junto de conjunções coordenativas aditivas (e, ou, nem) ou quando considera aspectos ligados a pausas, incluindo as de realce. Por essa razão, consideramos dispensável a transcrição.

Observa-se, pois, que, apesar das alusões à possibilidade de emprego da pontuação fora do padrão sintático, é evidente a valorização deste no tratamento do assunto. Voltando à expressão "coisas mais práticas", anteriormente citada, poderiam ser consideradas "práticas" os procedimentos relativos à sintaxe, pelo fato de decorrerem de regras estabelecidas e memorizáveis. Sendo, pois, menos práticos o ritmo, a entonação, deveriam ficar fora do foco do assunto? É uma questão que, a nosso ver, deve ser analisada.

3.7. Celso Ferreira Cunha

Na obra *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, escrita por Celso Cunha, com a colaboração de Lindley Cintra, encontramos o

estudo da pontuação numa ordem que permite observar a força do ritmo e da sintaxe estilística.

A língua escrita não dispõe dos enumeráveis recursos rítmicos e melódicos da língua falada.

Para suprir esta carência, ou melhor, para reconstituir aproximadamente o movimento vivo da elocução oral, serve-se da pontuação.

Os sinais de pontuação podem ser classificados em dois grupos:

O primeiro grupo corresponde aos sinais que, fundamentalmente, se destina a marcar as pausas: a vírgula, o ponto, o ponto e vírgula.

O segundo grupo abarca os sinais cuja função essencial é marcar a melodia, a entoação: os dois-pontos, o ponto-de-interrogação, ponto-de-exclamação, as reticências, as aspas, os parênteses, o colchetes, o travessão.

Observações: 1 – Esta distinção didaticamente cômoda, não é, porém, rigorosa. Em geral os sinais de pontuação indicam ao mesmo tempo, a pausa e a melodia. (1985, p. 625)

O fragmento acima ratifica o anteriormente afirmado, na medida em que remete a uma pontuação rítmico-semântica, ao lado de outra sintático-estilística.

Outro ponto a destacar-se refere-se ao fato de, apesar de divididos em dois grupos, os sinais, em geral, passam as duas ideias, ao mesmo tempo, segundo observação do próprio Celso Cunha.

É possível, assim, concluir que pausas e entoação constituem eixos de um mesmo aspecto: a produção do sentido.

Em outro trabalho, *Gramática de Língua Portuguesa*, 1977, editada pela FENAME, Celso Cunha também aborda o assunto em questão, no capítulo XI, dos doze que compõem a obra. Ambas as obras do autor apresentam basicamente os mesmos exemplos, explicados da mesma maneira. Ao longo das explicações fornecidas, sente-se a multiplicidade de ângulos pelos quais pode ser visto o emprego da pontuação, conjunto este em que a abordagem sintática é apenas uma das possíveis.

É, entretanto, importante destacar a maneira como Cunha (1977) fecha o capítulo, diferente do que ocorre com a outra obra aqui apresentada. Apresenta o autor uma espécie de conclusão geral do assunto, seguida de duas observações.

Na conclusão do capítulo XI, aponta o autor:

1 – Pontuar é sinalizar gramatical e expressivamente um texto. O emprego inadequado de um sinal de pontuação pode não só prejudicar, mas até alterar o

seu sentido. Cumpre, pois, utilizar com precisão tais sinais.

2 – Além de sua função linguística, a pontuação tem uma utilidade social. Um texto mal pontuado é de acesso difícil e, em geral, deixa no leitor uma penosa impressão de ignorância, ou de desleixo, daquele que o escreveu. E dar de si uma tal impressão pode ter repercussões nefastas na vida prática.(...)

3 – Por outro lado, não se deve abusar dos sinais de pontuação. Escritores há que empregam vírgulas em demasia, com o que travam o enunciado, prejudicando o seu ritmo natural e, às vezes, tornando-o obscuro.

4 – Para bem pontuar, siga-se este conselho de Galichet e Chatelain: "Para saber onde deve colocar os seus sinais de pontuação habitue-se a ouvir a melodia da frase que escreve e, quando hesitar, leia a frase em voz alta: as pausas que será obrigado a observar e as mudanças de entoação lhe indicarão geralmente a escolha e o lugar dos sinais de pontuação que nela terá de introduzir." (p. 618-9)

Alguns comentários fazem-se necessários. O primeiro diz respeito à confirmação da ideia já apresentada pelo autor de que o emprego dos sinais gráficos obedece a questões tanto gramaticais quanto expressivas. Em segundo lugar, mostra-se como preocupação do autor a utilização da linguagem como meio de interação social e, portanto, a necessidade do uso adequado do material linguístico, acompanhado de todos os recursos que dão suporte à consecução dos objetivos de quem deles faz uso; entre tais ferramentas, está a pontuação. Por fim, o valor dado ao ritmo com gerador de sentido, destacando o papel da linha melódica do enunciado como orientadora do uso da pontuação adequada, condicionada esta, obviamente, às intenções daquele que produz o texto.

As observações que fecham o referido capítulo são as seguintes:

1º) Certos poetas modernos, à imitação dos franceses Aragon e Eluard, costumam dispensar os sinais de pontuação. Com isso, os seus versos adquirem maior continuidade, mas também, com frequência, maior obscuridade.

2º) No estudo da pontuação, baseamo-nos na prática dos escritores modernos e contemporâneos. Exemplificar com autores mais antigos é, no caso, particularmente desaconselhável, porque nos arriscamos a dar uma falsa impressão da realidade. As obras dos autores clássicos só muito raramente são publicadas na forma original. Nas edições correntes, o seu texto vem quase sempre simplificado na ortografia e modernizado na pontuação. E, para termos uma ideia da natureza dessas modificações, basta atentarmos nos seguintes fatos históricos: "Os primeiros sinais de pontuação aparecem nos manuscritos, muito irregularmente, entre os séculos IX e XVI. É a partir desse último século, depois, portanto, da invenção da imprensa, que o nosso sistema moderno de pontuação começa a fixar-se e a desenvolver-se. Compreenderia então a vírgula, o ponto, os dois pontos e o ponto de interrogação; um pouco mais tarde, aparecem as aspas e o hífen. No século XVII, são introduzidos o ponto e vírgula e o ponto de exclamação. O uso das reticências data de fins do século

XVII; o do travessão, dos colchetes do século XIX... (p. 619)

Cunha remete, nas passagens acima, a dois tópicos interessantes. O pouco uso dos sinais de pontuação e a conseqüente obscuridade dos textos produzidos por alguns autores ligam-se, de certa maneira, ao conteúdo da segunda observação, já que tal obscurantismo pode decorrer de um ritmo inadequado do leitor em relação àquele dentro do qual o texto fora produzido. Portanto, a obscuridade não está no texto em si, mas provém do modo como é lido, colocado dentro de um modelo organizacional que não corresponde à maneira como foi originalmente produzido. Tudo isso se mostra relevante quando o obscurantismo em si não constituir intenção de quem escreveu.

Além disso, Cunha chama a atenção para algumas dificuldades em relação aos textos antigos, sobre cuja forma original, muitas vezes, não se pode ter segurança. Ele e outros estudiosos desse assunto sabem das alterações feitas, em muitos textos, como, por exemplo, em Gil Vicente. A "atualização" da pontuação pode levar a problemas graves, o que não acontece, grosso modo, com o mesmo procedimento em relação à grafia das palavras, e a razão disso está ligada a que aquela se relaciona a sentido.

O fato de a pontuação ter sido empregada, ao longo do tempo, obedecendo a procedimentos distintos, faz com que qualquer modificação realizada no texto, no intuito de empregar os sinais gráficos de acordo com os princípios e as regras hoje estabelecidas e de desconsiderar aspectos ligados ao ritmo, por exemplo, leve à produção de um novo texto que muito pouco corresponda àquele que lhe deu origem. Assim, cada época usa a pontuação seguindo critérios próprios do momento em que é utilizada, não constituindo, de forma alguma, usos caóticos ou desprovidos de propósito, conforme já se abordou.

4. Considerações finais

As informações trazidas pelos estudos até aqui levantados permitem concluir ser o papel da pontuação extremamente relevante na organização textual e na conseqüente produção de sentido. Como pôde ser percebido pelos estudos apresentados, ao lado da base sintático-semântica, vigente no emprego atual dos diferentes sinais gráficos, não é possível desconsiderar o papel do ritmo e da entonação no referido uso. Significativas considerações refletem tal ideia.

As questões prosódicas e semânticas mostram-se igualmente frequentes. Quanto ao ritmo, aparece sempre associado à oralidade. Desse modo, é necessário, na sala de aula, colocar a pontuação no grau de importância que o assunto efetivamente possui para a leitura e para a produção textual, bem como ampliar, para além dos limites da sintaxe, a motivação do autor ao fazer uso dos sinais, postura esta que não costumam apresentar os livros didáticos em geral.

Assim, especialmente nos textos literários, o emprego dos sinais gráficos efetivamente corresponde aos propósitos do autor, sendo peças importantes na produção de sentido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, M. Said. *Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa*. 3. ed. Brasília: UnB, 1964.

ALMEIDA, N. Mendes. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 44. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BARBOSA, J. Soares. *Grammatica philosophica da lingua portuguesa*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1864.

BARROS, João de. *Gramática da língua portuguesa: cartinha; gramática; diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha*. Reprodução fac-similada. Lisboa: Universidade de Lisboa, [1971]

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 10. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1966.

_____. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

CAFEZEIRO, Edward Machado. Pontuação: do caos ao cosmo. In: ABRALIN: *Boletim da Associação Brasileira de Linguística*, nº 14. São Paulo: ago. 1993, p. 87-95.

CARTINHA para ensinar a ler. Ed. fac-similada. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981.

CUNHA, Celso F. *Gramática da língua portuguesa*. 11. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1977.

CUNHA, Celso F.; CINTRA, L. F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

GÂNDAVO, P. de Magalhães. *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa*. Edição fac-similada. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981.

LIÃO, D. Nunes do. *Orthographia da lingua portogoesa*. Lisboa: João de Barreira impressor d'El-Rei, 1576.

LIMA, C.H. da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 31. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

LIMA, M. P. de Souza. *Grammatica expositiva da lingua portuguesa*. São Paulo: Nacional, 1937.

MELO, G. Chaves de. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1968.

NASCENTES, Antenor. *O idioma nacional*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1960.

OLIVEIRA, Fernão de. *Grammatica da linguagem portuguesa*. 3. ed. Lisboa: José Fernandes, 1933.

PEREIRA, E. Carlos. *Gramática expositiva: curso superior*. 15. ed. São Paulo: Companhia Graphica Monteiro Lobato, s/d.

RIBEIRO, E. Carneiro. *Serões grammaticaes ou nova grammatica portugueza*. Salvador: Livraria Progresso, 1955.

RIBEIRO, João. *Gramática portuguesa – curso superior*. 22. ed. ref. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933.

TORREIRA, R. Quintela. *O parágrafo e o texto*. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa, (UFRJ), 1993.

VERA, A. Ferreira de. *Orthographia ou modo para escrever certo na língua portuguesa*. Lisboa: Mathias Rodrigues, 1631.

POR UMA ABORDAGEM SEMÂNTICO-ARGUMENTATIVA
DAS CONJUNÇÕES *POIS* E *PORQUE*

Ânderson Rodrigues Marins (UFF)
profandermarins@hotmail.com

1. Introdução

No bom agasalho que se tem dado ao estudo da significação da palavra avaliada na sua relação com outras palavras no conjunto do léxico, encontra-se o que, no Brasil, se tem denominado de semântica argumentativa, proposta por Oswald Ducrot. Essa área interessa de modo peculiar porque se dedica ao binômio linguagem/ar-gumentação, e esta relação é categórica quando se buscam explicar as relações entre enunciados de orientação argumentativa e seus conteúdos semânticos.

A linguagem carrega marcas da argumentatividade, por isso é válido afirmar que as relações ideológicas e/ou argumentativas estabelecidas pelas conjunções, verdadeiros operadores de argumentação, vão nortear uma estrutura linguística. A rigor, o valor argumentativo das palavras é responsável pela orientação argumentativa dos enunciados.

Hoje não resta dúvida de que a função das conjunções é bipartida:

- Organizar textos e a reboque indicar de que maneira uma parte do discurso está vinculada a outra e deixar mais clara a conexão entre o que já foi e o que será dito.
- Conduzir o leitor a interpretar nossas frases como desejamos, determinando, muitas vezes, a avaliação que pretendemos que ele faça dos argumentos apresentados (cf. MORENO & MARTINS, 2006, p. 173).

Com o desenvolvimento da linguística textual, nos últimos trinta anos, as conjunções, antes mencionadas em capítulos anódinos das gramáticas, passaram a ocupar o centro das atenções, devido a sua reconhecida eficácia.

Num sentido geral, conectivos, conectores ou conjunções são itens gramaticais que promovem a junção entre elementos, como sintagmas, orações e enunciados, em discursos orais e escritos. Essas conjunções acolhidas aqui como objeto de estudo estabelecem nas orações em que estão presentes relações de causa e/ou explicação. É notório, inclusive, que *pois* e *porque* encontram-se arrolados por alguns gramáticos tan-

to no grupo das coordenativas sindéticas explicativas (o primeiro também aparece entre as coordenativas sindéticas conclusivas) como no das subordinativas adverbiais causais. Este estudo, no entanto, limita-se a uma reflexão acerca da análise semântico-argumentativa das conjunções *pois* e *porque* apresentada por Vogt (1989) Guimarães (2002) e Koch (2006).

2. A visão de Carlos Vogt

Certos mecanismos presentes na Gramática de cada língua ratificam a inscrição da argumentatividade na própria língua. Entre eles figuram os operadores argumentativos, que vão indicar a força argumentativa dos enunciados e o sentido para o qual apontam.

Em um de seus estudos Vogt (1989) propõe reflexão acerca das nuances de significado que distinguem as conjunções *pois* e *porque*. Entre as distinções que dizem respeito à conjunção *pois* está o fato de que o relacionamento de duas proposições mediante a conjunção *pois* (*p pois q*) não pode a) nem ser submetido a uma negação, b) nem ser questionado, c) nem se prestar ao encadeamento, isto é, tornar-se em bloco a subordinada de uma outra proposição e d) nem constituir-se no escopo de um quantificador, sem que isso provoque um rompimento semântico.

Submetida a enunciação *Pedro parou de trabalhar, pois eram 5 horas* à negação e à interrogação tem-se:

- *Pedro não parou de trabalhar, pois são 5 horas.*
- *Pedro parou de trabalhar?, pois são 5 horas.*

Nestes casos tanto em uma quanto em outra apenas a primeira proposição (*p*) é negada ou interrogada e não o bloco todo (*p pois q*), o que demonstra o fracionamento semântico de uma aparente unidade de informação.

Submetida a frase *Ele está em casa, pois seu carro está na garagem* ao encadeamento tem-se:

- *Creio que ele está em casa, pois seu carro está na garagem.*

Aqui não foi o bloco *p pois q* que foi encadeado, mas somente a proposição *p*. O que antes era uma espécie de justificação para *Ele está em casa* agora o é para a minha crença sobre o fato de ele estar em casa – *Creio que ele está em casa.*

Quando sob um quantificador o enunciado *Os turistas virão, pois está calor* é modificado para:

- *Poucos turistas virão, pois está calor.*

Aqui, também, o quantificador incide apenas sobre *p* - *Os turistas virão* – e não sobre o bloco todo *p pois q*. Assim, parece difícil alcançar modificações no conjunto do bloco *p pois q*. Submetidos às transformações – da negação, da interrogação, do encadeamento e da quantificação – eles voltam a face de sua duplicidade, rompendo a aparente unidade de conteúdo pela exposição de seus dois componentes: de um lado tem-se *p* modificado para *p'* através das transformações mencionadas, e de outro, *pois q* aplicando-se ao elemento assim modificado (cf. VOGT, *op. cit.*, p. 53-5).

Entre as nuances de significado no relacionamento de duas proposições mediante a conjunção *porque* está o fato de que, quando é aplicada uma série de transformações similar à anterior, no bloco *p porque q*, o resultado de sua aplicação gera duas interpretações: uma delas mostra sempre a integridade do bloco e a outra a sua ruptura.

Alterando-se a frase *Pedro parou de trabalhar porque são 5 horas* para a negativa obtém-se:

- *Pedro não parou de trabalhar porque são 5 horas.*

Como resultado têm-se as duas explicações:

1^a) Não é porque são 5 horas que Pedro parou de trabalhar (mas por outra razão). Aqui há conservação do bloco e a negação incide sobre todo o enunciado.

Enquanto que em:

2^a) Pedro não parou de trabalhar, e isso porque são 5 cinco. Há rompimento do bloco *p porque q*.

Alterando-se a frase *Pedro ira à sua casa porque prometeu* para a interrogativa tem-se:

- *Pedro ira à sua casa porque prometeu?*

As explicações possíveis são:

1^a) A causa da ida de Pedro à sua casa será a promessa que ele fez? Neste caso há integridade do bloco.

2^a) Pedro ira à sua casa? Questiono porque a sua promessa não dá garantia à sua ida. Neste outro caso há desintegração do bloco.

Submetido o enunciado *Pedro parou de trabalhar porque são 5 horas* ao encadeamento tem-se, por exemplo:

- *Creio que Pedro parou de trabalhar porque são 5 horas.*

Também aqui é possível se obterem duas interpretações:

1^a) Creio que a causa de Pedro ter parado de trabalhar é que são 5 horas. Neste tem-se a conservação do bloco.

2^a) Creio que Pedro parou de trabalhar, e a causa de minha crença é que são 5 horas. Aqui há o rompimento do bloco.

Submetido o enunciado *Os turistas virão porque está calor* à ação de um quantificador, colocado no seu início, tem-se, por exemplo:

- *Poucos turistas virão porque está calor.*

Do mesmo modo podem-se obter duas interpretações:

1^a) Para poucos turistas a causa de sua vinda será o calor. Há conservação do bloco.

Ao passo que em:

2^a) Poucos turistas virão, e isto porque está calor. Há ruptura do bloco.

Conclua-se que a conjunção *porque* apresenta como ambiguidade fundamental a capacidade de explicar, pelo elo da causalidade que estabelece entre o conteúdo de duas proposições, o conteúdo da primeira pelo conteúdo da segunda. Além disso, possui um comportamento que a aproxima da conjunção *pois* quando a explicação desliza para um tipo de justificação do que se diz na primeira proposição.

A operação realizada pelas conjunções *pois* e *porque*, na interpretação em que há rompimento do bloco, não se faz no nível dos conteúdos, mas ao nível dos atos de fala que instituem esses conteúdos (VOGT, 1989, p. 56-8; cf. também CUNHA, 2008, p. 11-2).

3. *A visão de Eduardo Guimarães*

Guimarães (2002) apresenta um estudo acerca de enunciados articulados pelas conjunções *logo*, *pois*, *já que*, *e*, *além disso*, *não só... mas*

também, ou... ou, mas, embora, para que, quando, que. Com efeito, o estudo semântico desenvolvido nesse trabalho deseja, conforme, aliás, afirma o próprio autor, abrir uma relação para além da teoria do texto.

Ver-se-á que a conjunção *porque* não é submetida à série de testes. Em decorrência disso as nuances de significado ainda podem ser consideradas conforme àquelas analisadas no subitem anteriormente. Quanto aos testes incoincidentes com os deste subitem, considere-se como resultado o fato de as duas conjunções em questão gozarem do mesmo comportamento.

Quanto ao emprego da conjunção *pois*, Guimarães (*op. cit.*, p. 36, 39-41) também leva em conta o modo como os segmentos articulados se organizam em relação à enunciação. E para isso considera a) a possibilidade de inversão das orações, b) a possibilidade de articulação por sobre o limite da frase (na linguagem escrita corresponde à possibilidade de a conjunção articular a oração que inicia com a que vem antes de um ponto), c) o alcance da negação, d) o alcance da pergunta, e) o modo de encadeamento no texto, f) a divisão para dois locutores numa conversa, g) a divisão entonacional no interior de uma frase e a h) correlação dos modos verbais nas orações.

Para efeito de análise toma-se a seguinte frase:

Seu fracasso é relativo, pois se expressa pela vontade de viver.

Percebe-se que não há possibilidade de inversão das orações:

- (?) *Pois se expressa pela vontade de viver, seu fracasso é relativo.*

Seria igualmente estranho caso se quisesse submeter o mesmo enunciado à articulação por sobre os limites da frase:

- (?) *Seu fracasso é relativo. Pois se expressa pela vontade de viver.*

Sob o alcance da negação, tem-se:

- *Seu fracasso não é relativo, pois se expressa pela vontade de viver.*

Aqui a negação não incide sobre a frase toda, mas apenas se nega o fracasso ser relativo. E *se expressa pela vontade de viver* passa a sustentar *o fracasso não ser relativo*.

Veja-se que a pergunta também não incide sobre a frase toda. Em:

- (?) *Seu fracasso é relativo, pois se expressa pela vontade de viver.*

Impossível ainda parece, segundo Guimarães (*op. cit.*, p. 40), que a pergunta possa incidir sobre uma das orações separadamente e, nesse aspecto, acaba desvinculando-se de Vogt, o qual considera que, nesse caso, apenas a primeira proposição seria interrogada. Segundo Guimarães (*idem*), se a questão fosse feita com *porque* em vez de *pois*, seria uma pergunta possível.

Sob o modo de encadeamento no texto, tem-se:

- *Creio que seu fracasso é relativo, pois se expressa pela vontade de viver.*

Aqui *Creio que* se encadeia com *seu fracasso é relativo*, e em seguida *Creio que seu fracasso é relativo* com *pois se expressa pela vontade de viver*. Assim, a explicação incide sobre *creio que seu fracasso é relativo*.

Na divisão para dois locutores numa conversa parece haver certa estranheza em se encadear, como as formas a seguir, de modo que haja efetivamente dois locutores:

- L1 – *Seu fracasso é relativo.*
- (?) L2 – *Pois se expressa pela vontade de viver.*

Na divisão entonacional no interior de uma frase vemos que cada oração constitui-se num grupo prosódico. Assim, tem-se:

- *Seu fracasso é relativo/pois se expressa pela vontade de viver.*

Em vez de: *Seu fracasso é relativo pois/se expressa pela vontade de viver.*

Sob a correlação de modos verbais nas orações não parece ser possível:

- (?) *Seu fracasso é relativo, pois se expresse pela vontade de viver.*

No entanto, é possível:

Seu fracasso seja relativo, pois se expressa pela vontade de viver.

Que seu fracasso seja relativo, pois se expressa pela vontade de viver.

De acordo com Guimarães (*op. cit.*, p. 41, 106):

Não há, portanto, obrigatoriedade na correlação dos modos verbais, ou melhor, a mobilidade modal entre as orações não é a mesma. Tanto é assim que, mesmo que haja um subjuntivo na primeira oração, a segunda deve vir no indicativo. Isto ocorre também com o imperativo na primeira oração e indicativo na segunda.

A oração com *pois* tem uma marcação forte de indicativo.

Há outros casos ainda que se devem considerar. Em enunciados do tipo *Trabalhe, pois isto lhe será útil* observa-se que com *isto lhe será útil* sustenta-se o ato de *ordenar*, de *aconselhar* e não o predicado *trabalhar*. O emprego desses períodos equivale a dois atos de linguagem diferentes.

4. A visão de Ingedore Koch

Percorrendo a seara da semântica da enunciação colhem-se, ainda, os estudos de Koch (2003, 2006, 2008 e 2010). Segundo a autora, os *operadores argumentativos* são elementos da gramática da língua que têm por função indicar (“mostrar”) a força argumentativa dos enunciados, a direção (sentido) para o qual apontam (cf. 2010, p. 30).

Entre os principais tipos de operadores, existem aqueles que estabelecem, entre orações, enunciados ou partes do texto, determinados tipos de relações. Entre elas as lógico-semânticas e as discursivas ou argumentativas.

Segundo Koch (2003):

As relações lógico-semânticas entre orações que compõem um enunciado são estabelecidas por meio de conectores ou juntores de tipo lógico. A expressão *conectores de tipo lógico* deve-se ao fato de tais conectores apresentarem semelhanças com os operadores lógicos propriamente ditos, não se confundindo, porém, com estes, já que a “lógica” das línguas naturais difere, em muitos aspectos, da lógica formal (p. 68).

Entre as relações lógico-semânticas está a relação de causalidade (*p* porque *q*) que ocorre mediante conexão de duas proposições, uma das quais encerra a *causa* que acarreta a consequência contida na outra: O torcedor ficou rouco *porque* gritou demais. Em *gritou demais* tem-se a causa que acarreta a consequência contida em *O torcedor ficou rouco*.

Quanto às relações discursivas ou argumentativas a autora afirma que:

Os encadeadores de tipo discursivo são responsáveis pela estruturação de enunciados em textos, por meio de encadeamentos sucessivos, sendo cada enunciado resultante de um ato de fala distinto. Neste caso, o que se assevera não é, como nas relações de tipo lógico, uma relação entre o conteúdo de duas orações, mas produzem-se dois (ou mais) enunciados distintos, encadeando-se o segundo sobre o primeiro, que é tomado como tema. Assim, tais encadeamentos podem ocorrer entre orações de um mesmo período, entre dois ou mais períodos e, também, entre parágrafos de um texto: daí a denominação dada aos conectores por eles responsáveis de operadores ou encadeadores de discurso. Ademais, esses conectores, ao introduzirem um enunciado, determinam-lhe a orientação argumentativa. Por esta razão, são também chamados operadores argumentativos e as relações que estabelecem, relações pragmáticas, discursivas ou argumentativas (KOCH, 2003, p. 72).

Entre as principais desta relação está a explicação ou justificativa que ocorre quando se encadeia, sobre um primeiro ato de fala, outro ato que justifica ou explica o anterior: Deve ter faltado energia por muito tempo, *pois* a geladeira está totalmente descongelada. (Explicação) (*idem*, p. 73-4; cf. também KOCH, 2006, p. 130; 2010, p. 35).

Do ponto de vista da enunciação as relações do tipo discursivo são muito mais importantes, tanto que os operadores argumentativos têm sido alvo de uma série de estudos importantes, na perspectiva da Semântica Argumentativa. Entre esses estudos podem se mencionar os de Ducrot acerca dos operadores *para que*, *de modo que*, *porque*, *pois*; Ducrot e Vogt acerca do *mas*; Vogt acerca dos operadores de comparação (*mais que*, *menos que*, *tanto que*, etc.), *mesmo*, *ainda*, *também* e Vogt acerca do *porque*, *pois* e *já que* (cf. KOCH, 2006, p. 130-2). E com esses trabalhos evidencia-se que os períodos e enunciados formados por esses operadores argumentativos apresentam como características:

- O emprego desses períodos equivale a dois atos de linguagem diferentes.
- O que se afirma é a relação existente entre o conteúdo de cada enunciado, introduzindo-se o segundo por intermédio de sua relação com o primeiro. Para confirmar se se trata ou não de duas proposições, são utilizados cinco critérios: a) o alcance da pergunta, b) o alcance da negação, c) o encadeamento, d) a extraposição e e) a quantificação.

Exemplos:

Parou de chover, pois a calçada está seca.

Pedro veio à reunião porque a considerava importante.

- Alcance da interrogação e da negação:

Segundo Koch (*id. ibid.*), nas *frases ligadas* tanto a interrogação quanto a negação incidem sobre todo o enunciado, ao passo que os enunciados introduzidos por operadores argumentativos não podem ser alvo de uma interrogação:

Interrogação:

? *Parou de chover (?) Pois a calçada está seca.*

Pedro veio à reunião porque a considerava importante?

Negação:

? *Não parou de chover, pois a calçada está seca.*

Pedro não veio à reunião porque a considerava importante.

- Encadeamento:

Creio que [parou de chover], pois a calçada está seca.

Creio que [Pedro veio à reunião porque a considerava importante].

- Extraposição (tematização de um elemento do enunciado por meio de um procedimento linguístico, do tipo *é... que, somente*):

? *É pois a calçada está seca que parou de chover.*

? *Somente parou de chover, pois a calçada está seca.*

É porque a considerava importante que Pedro veio à reunião.

Pedro somente veio à reunião porque a considerava importante.

- Escopo da quantificação:

As crianças entrarão logo, pois está muito frio.

Poucas

Muitas crianças entrarão logo, pois está muito frio.

Algumas

O quantificador, neste último exemplo, incide apenas sobre a primeira oração.

- Os operadores argumentativos encadeiam enunciados, estruturando-os em texto, isto é, constituindo um discurso, ao passo que os operadores

do tipo lógico encaixam uma oração em outra, transformando-a em termo desta, de modo a constituírem uma só oração com predicado complexo.

Constitui fato imperioso dar-se a devida importância às relações discursivas ou argumentativas na estruturação do discurso. A rigor, são elas que estruturam os enunciados em texto, na maioria dos casos por intermédio dos operadores argumentativos. Assim, de que outra maneira satisfatória se alcançaria a tessitura do texto senão por ingerência da estrutura argumentativa do discurso?

É, inquestionavelmente, a estrutura argumentativa do discurso a responsável pela ossatura (ou tessitura) do texto (cf. KOCH, 2006, p. 135).

5. Considerações finais

Neste estudo mostrou-se que as conjunções *pois* e *porque* agasalham características peculiares, abordando a questão somente pelo lado semântico. O efeito de sentido de uma conjunção não é o sentido que ela toma num contexto, ou as modificações que lhe traz o contexto, mas ao contrário, é a mudança produzida nesse contexto pela introdução de determinada conjunção. Ou seja, as nuances de significados entre essas conjunções baseiam-se no comportamento diferenciado de certas orações introduzidas por esses conectores. A especificação quanto ao emprego das conjunções que as introduzem pode ser atribuído a fatores de ordem semântica, discursiva e, porque não, pragmáticas.

Partiu-se do pressuposto de que um texto é uma unidade semântico – argumentativa e que seu sentido é gerado a partir do encadeamento de enunciados. Observou-se que a relação das proposições através da conjunção *pois* sofre, de fato, um rompimento semântico quando é submetida à negação, à pergunta, ao encadeamento e à quantificação. Já com *porque*, houve casos de ambiguidade: uma proposição em que o relacionamento entre as orações é mantido e outra em que ele é rompido.

Assim, *pois* e *porque* (no seu uso em que permite a ruptura do bloco) têm valor explicativo, pois introduzem um ato de fala que explica o ato de fala de outra oração. Ao passo que a conjunção *porque* ao formar um único bloco tonal com a outra oração tem valor causal. Ela é a causa para o fato enunciado pelo verbo da outra oração.